



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 224/2022

Processo Licitatório nº: 6.964/2020

Processo de Recurso nº: 32.265/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 224/2022

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de DEDETIZAÇÃO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: AGUIAS SERVICO DE DEDETIZACAO E HIGIENIZACAO EIRELI – ME

RECORRIDO: PREGOEIRA

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **AGUIAS SERVICO DE DEDETIZACAO E HIGIENIZACAO EIRELI – ME**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico n.º 224/2022.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 010 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 04 de janeiro de 2023, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 224/2022 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:30 horas do dia 07 de dezembro de 2022, reuniram-se a Pregoeira Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 010 de 04/01/2023, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 06.964/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 224/2022. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de DEDETIZAÇÃO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.** A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 12:18:27 do dia 13/12/2022 foi reaberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 24.1 do Edital nº 224/2022;

Foi registrada uma intenção de recurso, a qual foi aceita pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa **AGUIAS SERVICO DE DEDETIZACAO E HIGIENIZACAO EIRELI**, apresentou o recurso para o item 01 em 15/12/2022.



Comissão de Pregão III

A empresa **SF DEDETIZADORA LTDA**, apresentou Contrarrazões.

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a RECORRENTE, em síntese que:

“...a pregoeira prosseguiu com o aceite da proposta da empresa vencedora na etapa de lances, porém não observou o item 14.9, 14.10 e 14.11 referente aos produtos que serão utilizados e demais comprovações nos órgãos sanitários desses e de seus fabricantes, pois a fim de se evitar que a administração contrate empresas que forneçam produtos não registrados na ANVISA e que sejam fabricados por indústrias não autorizadas pelos IBAMA através do CERTIFICADO TÉCNICO FEDERAL. Tais comprovações são usuais e essenciais para a melhor classificação do fornecedor, como uma amostra em caso de vendas de bens e produtos, coisa que sequer foi apresentado pela empresa habilitada, descumprindo assim itens essenciais do edital.”

“...deixou de apresentar a Certidão de Dívida Ativa referente a fazenda Estadual, além da regularidade do ISS, apresentou um documento descrito como “situação cadastral” e também dando referência a “Empresa/Autônomo” descumprindo os itens 17.4 e 17.5, no qual é requisito para habilitação.”

IV. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade



Comissão de Pregão III

administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **AGUIAS SERVICO DE DEDETIZACAO E HIGIENIZACAO EIRELI – ME**

Quanto a alegação de que a pregoeira prosseguiu com o aceite da proposta da empresa vencedora na etapa de lances, porém não observou o item 14.9, 14.10 e 14.11:

Conforme previsto no **subitem 33.5 do Instrumento Editalício**, realizamos diligência junto a empresa inicialmente vencedora do certame, solicitando que nos fossem encaminhados os documentos colacionados nos itens 14.9, 14.10 e 14.11. Em conferência a documentação encaminhada, verificamos que foram atendidos os pressupostos previstos no Edital, disponível a verificação a quaisquer interessados no site oficial da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

Quanto a alegação de que a empresa deixou de apresentar a Certidão de Dívida Ativa referente a fazenda Estadual, além da regularidade do ISS:

Ainda citando o **subitem 33.5 do Instrumento Editalício** e subsidiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, realizamos diligência junto ao site oficial emissor da Certidão de Regularidade Fiscal da Dívida Ativa Estadual, conforme pode ser verificado através de documento emitido pelo mesmo,



Comissão de Pregão III

comprovando a existência do referido documento datado anteriormente a realização do certame. Assim sendo, foi concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização da certidão. A Certidão de Regularidade Fiscal Municipal foi apresentada juntamente com os demais documentos de habilitação, os quais encontram-se também, disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

V. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **AGUIAS SERVICO DE DEDETIZACAO E HIGIENIZACAO EIRELI – ME** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 224/2022, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do julgamento anteriormente proferido, **MANTENDO** habilitada a empresa **SF DEDETIZADORA LTDA** no pregão em comento.

Diante do não provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, Nº 224/2022.

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 25 de janeiro de 2023.

Fernanda Medeiros Rodrigues
Pregoeira substituta – Comissão de Pregão III